



## COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

### Relatório de Audiência

**Dia:** 26 de Janeiro de 2011

**Hora:** 17h30

**N.º 64/XI (2.ª)**

**ENTIDADE:** **Coordenação Nacional para a Infecção VIH/sida**, representada pelo Professor Dr. Henrique Barros (Coordenador Nacional) e pela Dra. Margarida Lobão (Plataforma Laboral contra a Sida).

**ASSUNTO:** **Recomendação sobre o VIH e sida e o mundo do trabalho**

**Recebida pelos Senhores Deputados Catarina Marcelino e João Paulo Pedrosa (PS), Clara Carneiro (PSD), João Serpa Oliva (CDS-PP) e Bernardino Machado (PCP)**

O requerente da audiência explicou que, tendo sido aprovada no passado dia 17 de Junho de 2010 pela 99.ª Conferência Internacional do Trabalho a Recomendação 200, sobre o VIH e sida e o mundo do trabalho, assim como uma Resolução relativa à sua promoção e aplicação, constituindo a primeira norma internacional da OIT, a Plataforma Laboral Contra a Sida manifestou grande interesse em apresentar esta recomendação às Comissões Parlamentares de Saúde e do Trabalho, concretizada pela Coordenação Nacional para a Infecção VIH/sida, enquanto responsável governamental pela Plataforma, assegurando desde logo o envio de exemplares daquela recomendação para poder ser distribuída aos Deputados.

Solicitou que os membros das referidas comissões parlamentares reflectissem sobre as recomendações constantes do documento citado, que se aplica a Portugal, e terá de ser monitorizado pela sociedade portuguesa.

Não deixou, contudo, de destacar três fragilidades relativamente a pessoas ou grupos que não têm os seus direitos protegidos: por um lado, a regulamentação refere-se também às forças policiais e militarizadas, grupo que, nalguns países, é suposto fazer testes. Por outro lado, há rumores quanto à inclusão do teste como prova de condição de saúde de um potencial emigrante, por exemplo, de cidadãos vindos de África. Por último, referiu-se à dificuldade na concretização de seguros ou de empréstimos por estarem dependentes da realização de testes, quando, de acordo com a regra geral, os testes não devem ser obrigatórios.

A Senhora Deputada Catarina Marcelino (PS) agradeceu os contributos trazidos, considerou positivo que Portugal esteja em sintonia com a quase totalidade do documento e que, relativamente, às questões inerentes à matéria de seguros e empréstimos, que também têm reflexos no âmbito de outras doenças, o Grupo Parlamentar do PS fará com que sejam tratadas com as respectivas tutelas.

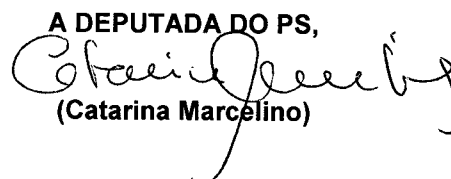
A Senhora Deputada Clara Carneiro (PSD) sugeriu que, após a análise da Recomendação, fosse adoptada uma Resolução da Assembleia da República, dizendo estar disponível, desde logo, para o efeito.

O Senhor Deputado Bernardino Soares (PCP) opinou que, a respeito das questões laborais, não existe um problema de carácter legal mas um problema prático e concreto, razão pela qual é de muito maior complexidade a sua resolução. Prosseguiu dizendo que, quanto à formação de magistrados, supõe que se esteja muito aquém do desejável; quanto aos seguros, considerou escandaloso o que se passa por contraponto ao verificado noutros países, em que a atitude das seguradoras tem evoluído de forma positiva. Por último, fez saber que o PCP está disponível para contribuir para o consenso necessário.

Também o Senhor Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP) se manifestou favorável à existência de um consenso. Questionou a opinião do Coordenador Nacional a respeito da atitude perante o portador que infecta parceiro hetero ou homossexual e qual a relação sida/toxicod dependência.

Respondendo aos pedidos de esclarecimentos, o Coordenador Nacional lembrou que em breve fará chegar o resultado de um estudo social promovido por universidades que avaliaram a situação socioprofissional de 1500 pessoas portadoras do VIH/sida, parecendo que, desde já, pode falar-se em auto exclusão, na medida em que as leis existentes não favorecem as pessoas. Lembrou que, nos últimos anos, a sida diminuiu ainda que anualmente 220 milhões de pessoas façam tratamentos, quando devíamos conseguir fazer melhor. No que diz respeito aos toxicod dependentes, realçou que a sida diminuiu bastante porque também diminuiu o número de pessoas que injecta droga, precisando que foi de 1,8 milhões de Euros a verba gasta com o programa de troca de seringas. A respeito da criminalização de quem infecta outrem, esclareceu que, nos países do norte da Europa, as questões de saúde pública prevalecem sobre os direitos individuais e que, nos países do sul da Europa, se verifica a situação inversa.

Palácio de São Bento, em 5 de Abril de 2011.

A DEPUTADA DO PS,  
  
(Catarina Marcelino)